
Apresentação

Doi

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.n54a1393>

Eleita em 2019 como a palavra do ano pelo dicionário *Macquaire Dictionary*, a *cancel culture*, ou cultura do cancelamento, é definida pela publicação como

(a)s atitudes dentro de uma comunidade que exigem ou provocam a retirada de apoio a uma figura pública – como o cancelamento de um papel como ator, a proibição de tocar a música de um artista, a remoção das redes sociais etc. – geralmente em resposta a uma acusação de uma ação ou comentário socialmente inaceitável (Macquaire Dictionary, 2019, tradução nossa).

Além da atualidade e relevância da discussão, sublinhada pela eleição do termo como palavra do ano pelo prestigioso compêndio australiano, cumpre destacar alguns elementos de sua definição. Em primeiro lugar, a cultura do cancelamento se dá “dentro de uma comunidade”, o que impõe pensá-la não como um processo de juízos individuais, mas sim como um fenômeno em que coletividades fortalecem seus laços sociais a partir do julgamento e da execução de figuras públicas – ou mesmo de anônimos que da noite para o dia se veem execrados. Em tempos em que a experiência do comum vem sendo largamente sequestrada por grandes corporações nas di-

tas “comunidades” de redes sociais (ou arremedos de comunidades formadas por *likes*, compartilhamentos e comentários superficiais), é também nessas plataformas que a cultura do cancelamento mais rapidamente ganha impulso.

Fama e infâmia são igualmente meteóricas em espaços desse cariz, nos quais o cancelamento pode se dar “em resposta a uma acusação de uma *ação* ou *comentário* socialmente inaceitável”, retomando a definição do Macquaire Dictionary (2019). Ação e comentário, ou fazer e dizer, são aqui duas formas de agência no mundo que estão sujeitas aos julgamentos coletivos e aos linchamentos ou canonizações virtuais que deles sucedem de modo mais rápido do que a reflexão crítica pode dar conta. Num contexto que interessa mais imediatamente aos estudiosos da área de Letras, para quem todo fazer é também um dizer, e vice-versa, chama atenção o crescente ataque da chamada *cultura do cancelamento* não apenas a figuras públicas e/ou midiáticas de circuitos massivos, mas também a autores de literatura, cinema e artes em geral.

Cancelados por eventos de suas biografias, posicionamentos públicos ou mesmo pelo conteúdo ou expressão de suas obras, muitos desses criadores vêm deixando de ser estudados, ou têm suas obras reduzidas à leitura por um único viés. O empobrecimento de perspectivas de onde mirar os produtos culturais e artísticos produzidos por esses sujeitos acaba por engessar a reflexão crítica, limitando as possibilidades de partilha do sensível (Rancière, 2009) – e, portanto, da própria experiência estética e política que nos pode oferecer a arte.

Sob tal paradigma, o que a Internet prometera nos anos 90 como uma “inteligência coletiva” (Lévy, 2003), em que o conhecimento em rede traria grandes avanços à humanidade, torna-se uma “mentalidade de enxame” (Han, 2018), ou lógica de manada, segundo a qual quaisquer manifestações de apreço ou despreço podem viralizar perigosamente, sem reflexão mais detida. Por esse motivo, a cultura do cancelamento é, para muitos pesquisadores, uma radica-

lização da cultura da indignação, ou *outrage culture*, passando-se da opinião à massificação, ao julgamento público e à aplicação sumária de sanções em questão de poucos cliques e com potenciais resultados nefastos.

Esse fenômeno, que se parece haver tornado quase que uma norma no nosso tempo histórico, vem intrigando pensadores renomados, tais como Christian Dunker e Maria Rita Kehl em suas mais recentes entrevistas para o *YouTube*, que apontam, com profunda inquietação, para os perigos inerentes à banalização desse tipo de conduta. Consoante suas reflexões, a interrogação a ser feita no que tange à *cultura do cancelamento* no âmbito das Letras é a de até que ponto questões intrínsecas ao “eu” atual seriam capazes de transcender a História das Artes e justificar o abandono de certos textos literários, se considerarmos o inegável legado cultural epitomado nos temas antiquíssimos, alguns deles até mesmo milenares, das grandes obras do passado.

A obra, enquanto produção humana, vai sempre além do “eu” de cada autor ou cada leitor. Conforme a premissa barthesiana da morte do autor, pouco importa quem produz: a obra de arte sempre estará, a um só tempo, para além do “eu” e para alguém do “eu”. Frente a essa encruzilhada, o autor empírico é, por assim dizer, apenas uma pequena conta, não mais que uma diminuta esfera no extenso rosário da humanidade. Desse modo, tudo o que escreve se torna absolutamente maior do que sua própria história. Em suma, quando o autor compõe e sua obra vai para o mundo, ela (a obra) estará a provocar algo de potencialmente magnífico, que é todo um jogo de revisitações e reinterpretações em diferentes tempos e espaços, conforme aquele que se dispõe à leitura.

E embora a modernidade tardia ou a pós-modernidade tenha voltado a idealizar a figura do criador, é preciso assinalar que o humano, que o autor propriamente dito, é ainda muito pouco perto da magnificência lúdica da criação, que clama permanentemente por

análise e reflexão literária e cultural. Porém, na lógica da cultura do cancelamento, a obra de um autor é desabonada pelas escolhas e ações do sujeito empírico, em vez de ser relida por novos paradigmas teórico-metodológicos que surgem com as mudanças culturais.

Dada a urgência dessas discussões em um mundo hipermidiático em que artistas ganham proeminência e ostracismo com igual velocidade na mídia massiva, esta edição da *Convergência Lusíada* debruça-se sobre o tema *cultura e cancelamento*, com especial enfoque no cânone da Literatura Portuguesa, em diálogo com outras literaturas e culturas lusófonas.

Abrindo este volume, o texto “A sociedade do cancelamento ou a literatura como o incancelável”, de Luis Maffei, discute como a ideia de cancelamento, antes restrita a eventos (como em cancelar uma aula, uma celebração etc.), tornou-se aplicável também a pessoas (cancelar um artista, um “influenciador” etc.). Em seu argumento, o pesquisador enfatiza que tal transformação é indissociável da digitalização das relações sociais, sobretudo via internet, que se torna um espaço em que a cultura, desde sempre uma arena de sentidos disputados por sujeitos e identidades, torna-se constrangida por um identitarismo que pode silenciar ou “cancelar” o debate. No campo da Literatura, o autor cita que, “[q]uando a prática do cancelamento atinge a Literatura, tende a, além de constranger debates que podem ter lugar, ferir a igualdade que o texto literário propõe entre quem escreve e quem lê. A Literatura, com sua superação do esquema forma/conteúdo, aposta num devir que o cancelamento constrange, ainda que conteúdos abjetos em obras literárias sempre possam ser deplorados”.

O artigo “O processo de marginalização de António Botto: poesia, homoerotismo e hostilidade crítica”, de Oscar José de Paula Neto, dá continuação a esse debate na forma de um estudo de caso da Literatura Portuguesa do início do século XX. Entre outros autores do período que abordaram práticas sexuais desviantes da cis-hetero-

normatividade, o artigo se detém sobre a produção de Botto e seu “cancelamento” pelo meio cultural e a crítica literária de seu tempo, fortemente marcados por uma orientação católica. Relatando um fenômeno do sistema literário português de mais de um século atrás, midiaticizado sobretudo em periódicos impressos de grande circulação à época, o artigo nos lembra que a cultura do cancelamento em muito precede as redes sociais digitais e já estava presente em formas como o boicote, o ostracismo e toda e qualquer prática de detratção pública.

Também pensando antecedentes da cultura do cancelamento no âmbito da Literatura Portuguesa, Jorge Vicente Valentim, no artigo “Judith Navarro (1910-1987): uma voz silenciada/cancelada(?)”, aproxima as ideias de cancelamento e silenciamento para pensar como a autora de *A Azinhaga dos Besouros*, entre outras escritoras portuguesas, foi vítima de invisibilização pela crítica literária hegemônica (de seu tempo e a *posteriori*), sobretudo no que concerne à sua identificação com a escola neorrealista.

O articulista destaca que tal invisibilidade, no caso da autora em questão, não se deve a outra forma de cancelamento, ou patrulhamento violento de seus dias: a censura. A despeito dos aparelhos ideológicos do Estado Novo português, os textos de Judith Navarro não chegaram a ser alvo da censura salazarista, o que reforça a leitura de que a produção literária da autora foi tão invisibilizada que nem mesmo se destacou aos olhos da PIDE.

Marcelo Alves da Silva, no artigo “Entre Literatura e Política: o jovem Fernando Pessoa e os seus descontentes”, segue a mesma proposta de refletir sobre o cancelamento, no âmbito da Literatura Portuguesa, em um tempo histórico anterior ao das redes sociais. No entanto, sua análise não versa sobre um autor invisibilizado/cancelado, e sim sobre um escritor que, em seus textos, cancela (ou “detrata”, em um léxico mais comum à área de Letras) terceiros. Mais especificamente, trata-se de uma leitura dos mecanismos de vili-

pêndio usados por Pessoa em seus juízos sobre manifestações culturais e literárias da Primeira República portuguesa e da *Belle Époque* francesa. Os ajuizamentos literários pessoanos são aqui lidos também como posicionamentos políticos seus, nos quais as cláusulas do contrato social são violadas, tais como na cultura do cancelamento, conforme a hipótese do pesquisador.

Discutindo práticas de controle e vigilância no campo literário de hoje e do século XIX, Germana Araújo Sales e Jeniffer Jesus da Silva, em “O cancelamento do romance: uma reflexão crítica sobre leitura e censura”, analisam como segmentos da sociedade brasileira de diferentes épocas desenvolveram posturas de desconfiança frente ao gênero romance, ou mesmo discursos de apologia à sua censura. Não obstante as diferenças ao longo dos séculos, tais posturas são reações ao fato de que o romance, ou a prosa ficcional *lato sensu*, subverte ou põe a nu pautas sociais polêmicas, suscitando respostas de conservadores que invocam o pretexto da moral para ações de patrulhamento ideológico, a exemplo do cancelamento de sujeitos em redes sociais, ou do cancelamento de certos títulos literários em ambientes escolares. Nesse segundo caso, as pesquisadoras chamam a atenção para o fato de que as obras em questão são canceladas por políticos, profissionais da educação ou pais de alunos com agendas que vão de “valores morais até questões de representação política, ambas se valendo de posições ideológicas conservadoras quanto ao poder de influência dos livros em alunos, crianças ou adolescentes”.

Também em um recorte contemporâneo aos nossos dias, o artigo “Isabela Figueiredo: revolucionária ou reacionária?”, de Joaquim Mamede de Carvalho e Silva Neto, provoca-nos desde o título a ler a obra da ficcionista portuguesa de modo ambivalente no que concerne a temáticas polêmicas como a do colonialismo, da sexualidade feminina, ou da parentalidade edípica, a despeito de qualquer risco de boicote ou censura. Em seu texto, o pesquisador propõe que *Caderno de memórias coloniais* (2009), *A gorda* (2016) e *Um cão no*

meio do caminho (2022) são romances que refratam qualquer leitura dicotômica com relação a esses temas, valendo-se tanto de evidências internas aos textos quanto de falas da escritora sobre sua obra, a exemplo de uma participação no podcast *Podfest*, em que afirma não dar a mínima importância para o risco de cancelamento. Conforme consta no artigo, para Isabela Figueiredo, “a Literatura reflete a complexidade da experiência humana, expondo tanto virtudes quanto falhas, e, nesse sentido, não cabe ao escritor censurar suas criações, mas retratar a diversidade da natureza humana, incluindo aqueles que não são moralmente irrepreensíveis”.

Tratando de importante poeta e crítico português da segunda metade do século XX e início do século XXI, Tereza Tavares, no texto “Joaquim Manuel Magalhães: 50 anos da mais radical poética da destruição”, discute as particularidades de sua obra, marcada por uma “poética da destruição”. O artigo dedica-se à análise desse fenômeno, identificando-o, no plano do enunciado, em uma série de manifestações na poesia do escritor, a exemplo de imagens da ruína, da decadência e da degradação, que metaforizam seu posicionamento crítico frente à contemporaneidade. Já no plano da enunciação, a poética da destruição é analisada pela pesquisadora no que concerne ao inusitado modo de produção da obra *Um toldo em vermelho*, de 2010. Nesse livro, o escritor reúne fragmentos de alguns poemas seus, publicados nos seus então 36 anos pregressos de carreira literária, declarando todo o restante de sua obra eliminado – ou (por que não?), em alguma medida, *cancelado*, se expandirmos o escopo semântico do termo. A completa operação de transformação e aniquilação, radicalidade sem precedente na Literatura Portuguesa, foi ainda repetida pelo autor em 2018 com o livro *Para comigo* e, em 2021, com a edição de *Canoagem*, conforme discutido em detalhes no artigo.

Para além do dossiê sobre cultura e cancelamento, em contexto contemporâneo, este volume da *Convergência Lusíada* também con-

grega potentes artigos na seção *Vária*, os quais apresentam resultados de pesquisas recentes sobre a Literatura Portuguesa, como descrito a seguir.

Como texto de abertura, escolhemos o artigo “Castilho e a Geração de 70: um ‘cancelamento’ a ser revisto”, em que Ana Cristina Comandulli e Ida Alves evidenciam o que já foi mencionado por diversas vezes ao longo do dossiê, mas que ainda não foi devidamente representado em nenhum texto que porventura viesse a abordar o século XIX. Com efeito, se por *cancelamento* entendemos não apenas o que está restrito aos fenômenos de mídia massiva de hoje, destacando, por exemplo, as tentativas de silenciamento, de apagamento, de ostracismo, de esquecimento, de rasura e de censura como *formas outras de cancelar*, então o escritor oitocentista António Feliciano de Castilho é, no século XIX, um alvo exemplar desses procedimentos. Autor que desfrutou de largo sucesso na primeira metade do século XIX, foi duramente criticado, execrado, enfim, *cancelado* por parte de artistas mais novos que ele, como pedagogo que foi, também ajudara a formar. As autoras do estudo ponderam que, no século XIX, “ocorria a desvalorização de escritores e outras figuras públicas pelo não reconhecimento de sua ação, pela crítica negativa em jornais e revistas, até mesmo com o uso de caricaturas e outros ataques que menosprezavam a produção da pessoa visada”. Foi o caso desse escritor que sofreu um processo de apagamento imposto pelos artistas mais jovens e afamados da chamada Geração de 70. Processo radical e, questionam Comandulli e Alves, injusto, já que Castilho foi um homem que sempre primou pela defesa da educação popular e, mais do que isso, sempre se preocupou a fundo com o advento do escritor profissional (uma invenção do século XIX – é bom lembrar). Seu conjunto de obra, com diferentes entradas, reflete uma preocupação justa: que a Literatura apoiasse o projeto de educação da novíssima sociedade (a sociedade burguesa oitocentista), por outras palavras, que a Literatura se convertesse ela também numa via a um só tempo

pedagógica e educativa. Eis por que Castilho apoiou e incentivou fortemente o trabalho de escritoras que somente na atualidade estão sendo reconhecidas por pesquisadores. A esse respeito, dizem as articulistas: “quando jovem, Castilho participou dos salões da Marquesa de Alorna e de Francisca Passolo da Costa, as quais contribuíram para que ele viesse a ser um defensor da presença feminina na Literatura Portuguesa do seu tempo”. Discordando, pois, de que o apagamento radical de Castilho teria sido merecido, o artigo ressalta, questionando a fixidez de valores impostos pela história literária e pela crítica, que o seu “cancelamento” na Literatura Portuguesa oitocentista, situação de menosprezo que perdura até hoje, precisa ser reavaliado para, pelo menos, compreender melhor o defensor da educação pública em larga escala e “o empreendedor das letras”.

O artigo seguinte, “Gândavo e a *História da província Santa Cruz*”, de Paulo Pereira, centra-se na primeira publicação portuguesa inteiramente dedicada ao Brasil, *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães de Gândavo, datada de 1576. O estudo recupera a história desta obra e suas edições, tanto em língua portuguesa quanto em suas traduções, e destaca que a demora de mais de sete décadas entre a chegada dos europeus ao Brasil e a publicação de Gândavo é evidência da pouca atenção dada pelos portugueses a este território frente à promessa de riquezas no Oriente. Além disso, o trabalho destaca que a obra tem viés: historiográfico, cobrindo da descoberta do Brasil à sua divisão em dois governos-gerais após a morte de Mem de Sá; geográfico, detalhando o clima, a geografia e os recursos naturais; antropológico, descrevendo os indígenas e alguns de seus elementos culturais; e também propagandístico, indicando a América portuguesa como de potencial interesse e lucro para aqueles que viessem a ocupá-la.

Na sequência, “A construção de uma nova versificação portuguesa, 1777-1784”, de Bruno Gomes Rodrigues, propõe uma leitura de três tratados de versificação publicados no último quartel do sécu-

lo XVIII: *Regras da versificação portuguesa* (1777), de Francisco José Freire; *Tratado da versificação portuguesa* (1777), de Pedro José da Fonseca; e *Tratado da versificação portuguesa* (1784), de Miguel do Couto Guerreiro. O fio condutor da análise é a premissa de que, sob forte influência da cena cultural pós-pombalina, tais trabalhos propõem uma construção de uma nova versificação portuguesa, baseada nas *Luzes da poesia descobertas no oriente de Apollo* (1724), de Manoel da Fonseca Borralho. Para além das distinções entre os três tratados, o articulista chama a atenção para a desvinculação, em todos eles, entre tema, métrica e ritmo, o que, em sua análise, “parecia prover mais do desenvolvimento poético do que de um desejo normativo”, abrindo espaço para novas formas de experimentação na poesia lusófona.

Já num recorte temporal do século XX, o ensaio “Fernando Lemos em coleção: entre a poética da imagem sobreposta e o manejo da forma”, de Lucas Elber de Souza Cavalcanti, analisa as temáticas, as linguagens e as materialidades constituintes da obra intermediária do fotógrafo, designer, publicitário e poeta luso-brasileiro, o qual transitou entre o surrealismo e o abstracionismo. A discussão parte de um resgate da biografia e obra do artista para, tomando como *corpus* seis de seus trabalhos na coleção particular do casal Maria Eugénia e Francisco Garcia (que documenta parte significativa das belas artes no modernismo português), discutir “os encontros e partidas do fotógrafo surrealista e a potência de sua obra, que não se limitou a uma linguagem”. Para além de uma discussão das seis obras em si, o artigo explicita em que medida a coleção pessoal do casal se torna também um dispositivo interpretativo, convidando a uma certa leitura de Fernando Lemos dentro da curadoria pessoal e afetiva feita pelos colecionadores.

Encerrando este número da *Convergência Lusíada*, três resenhas nos dão notícias de recentes publicações acadêmicas acerca da Lite-

ratura Portuguesa, indicando importantes contribuições ao campo por pesquisadores nacionais e internacionais.

Em “O que há num nome, Ana Luísa Amaral?”, Marlon Augusto Barbosa e João Victor Sanches da Matta Machado fazem uma apreciação do livro *O que há num nome: estudos sobre a obra de Ana Luísa Amaral*, organizado por Tatiana Pequeno, Monica Figueiredo e Ida Alves. Em sua análise crítica, os resenhistas sublinham o que, de uma escritora, permanece após sua morte: em última instância, as leituras daquela autora, ou as leituras em segunda mão, feita por leitoras daquela autora, como as que este livro oferece em homenagem à poeta portuguesa. Inspirado em reflexões de Derrida e Flávia Trocoli, o texto destaca que a morte não anula a palavra do outro, mas fá-la persistir, e que os leitores, ao citarem e analisarem a obra, acabam por oferecer à autora uma espécie de segunda vida.

Por sua vez, Rodrigo Felipe Veloso apresenta em sua resenha a *Autobiografia não escrita de Martha Freud*, de Teolinda Gersão, um romance que é também “um jogo entre ficção e realidade, em que a vida de Martha se torna um espaço para a escritora discutir questões de gênero, identidade e a própria função da escrita”, nas palavras do resenhista. A fim de dar voz à esposa de Freud, a obra parte de material real, como as cartas trocadas entre Martha e o esposo, para fabular um diário relato íntimo dessa personagem. Em tal relato íntimo, Martha se defronta com as questões da vida de uma mulher burguesa em uma sociedade europeia patriarcal enquanto seu marido entrava para os anais da história por sua abordagem revolucionária do inconsciente. Entre outros pontos, a resenha destaca o trabalho arguto com a linguagem em uma ficção de escrita de si; a estrutura não linear do texto, como a memória de uma mulher ao fim da vida; e os significativos silêncios da narrativa.

Por fim, Luís André Nepomuceno nos apresenta a *Le Livre de L’Inde de Duarte Barbosa*, com tradução, introdução e notas de Michèle Guéret-Laferté e Rafael Afonso Gonçalves, que corrigem erros fac-

tuais, omissões e problemas de outras edições e traduções da obra. A resenha destaca não só a qualidade do trabalho de Guéret-Laferté e Gonçalves, mas também a relevância do *Livro de Duarte Barbosa* (como ficou mais conhecido) enquanto “o mais rico e fascinante acervo de informações sobre o Oriente” no âmbito da expansão marítima portuguesa do século XVI. Ademais, Nepomuceno pontua em sua apresentação alguns dos principais eventos da biografia de Duarte Barbosa e da história de diferentes edições da obra, com sucessivos erros, correções e cotejos.

Deixamos nosso convite aos leitores e leitoras para que aproveitem o rico conjunto de textos críticos desta edição, que reúne olhares diversos e aprofundados sobre diferentes aspectos da Literatura Portuguesa em sua relação com outras literaturas lusófonas. As contribuições presentes não apenas iluminam aspectos fundamentais dos fenômenos e obras analisados, mas também instigam novas perguntas, abrindo caminhos para investigações futuras na área.

Rafael Santana

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Vinícius Carvalho Pereira

Universidade Federal de Mato Grosso

REFERÊNCIAS

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2003.

MACQUAIRE DICTIONARY. The Macquarie Dictionary Word of the Year shortlist for 2019. 2 dez. 2019. Disponível em: <https://www.macquariedictionary.com.au/the-macquarie-dictionary-word-of-the-year-shortlist-for-2019/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.